

**ESTUDOS DAS POLÍTICAS  
CURRICULARES: antecedentes,  
desenvolvimento, definições e  
estruturas de análise**

**CURRICULAR POLICY STUDIES:  
antecedents, development,  
definitions and analysis structures**

**ESTUDIO DE LAS POLÍTICAS  
CURRICULARES: antecedentes,  
desarrollo, definiciones y marcos de  
análisis**



Revista Espaço do Currículo

ISSN 1983-1579

Doi: 10.15687/rec.v16i1.66276

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php>

**José María García Garduño**

Doutor em Educação

Universidad Autónoma de la Ciudad de  
México, México.

E-mail: [josemariagarduno@gmail.com](mailto:josemariagarduno@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0955-0880>

**Silvia Miracy Pastro Fiad**

Doutora em Educação

Universidad Autónoma de Tlaxcala,  
México.

E-mail: [silviamiracy@gmail.com](mailto:silviamiracy@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8648-1922>

**Resumo:** O propósito deste trabalho foi de analisar os antecedentes e o desenvolvimento do campo de estudos das políticas curriculares, suas definições e delimitações e analisar as propostas das políticas curriculares baseadas no clássico ciclo de políticas idealizado por Harold Laswell. Para isso, abordamos a evolução e o desenvolvimento das políticas curriculares, desde o surgimento do termo, em meados dos anos 50 do século passado, e enfatizamos a importância de adotar definições mais precisas que considerem os diferentes tipos de políticas curriculares. Concluímos com os enfoques de análise de políticas curriculares baseados no ciclo de políticas, tomando como principal unidade de análise os atores envolvidos. Essas propostas podem complementar outros enfoques em que se utilizem os estudos das políticas curriculares.

**Palavras-chave:** Educação. Políticas curriculares. Ciclo de políticas.

Recebido em: 21/03/2023

Aceito em: 25/03/2023

Publicação em: 31/03/2023

**Como citar este artigo:**

GARDUÑO, J. M. G.; FIAD, S. M. P. ESTUDOS DAS POLÍTICAS CURRICULARES: antecedentes, desenvolvimento, definições e estruturas de análise. **Revista Espaço do Currículo**, v. 16, n. 1, p.1-13, 2023. ISSN 1983-1579. DOI: <https://doi.org/10.15687/rec.v16i1.66276>

**Abstract:** The purpose of this paper was to analyze the history and development of curriculum policy as a field of study, as well as its definitions and delimitations. This paper also proposed two curriculum policy approaches inspired by the policy analysis cycle created by Harold Laswell. This work pinpointed the evolution and development of curriculum policy concepts since it appeared in a publication in the mid-50s. The importance of adopting more precise definitions of the concept which take into consideration the different kinds of existing curriculum policies is stressed. The paper ended with the presentation of two curriculum policy analysis approaches based on the policy analysis cycle that might complement other approaches used in the study of curriculum policies.

**Keywords:** Education. Curricular policies. Policy cycle.

**Resumen:** El propósito de este trabajo fue analizar los antecedentes y desarrollo del campo de estudio de las políticas curriculares, sus definiciones y delimitaciones, así como analizar las propuestas de análisis de políticas curriculares basadas en el ciclo clásico de políticas ideado por Harold Laswell. El trabajo traza la evolución y desarrollo de las políticas curriculares desde la aparición del término a mediados de los años 50 del siglo pasado. Asimismo, enfatiza la importancia de adoptar definiciones más precisas que consideren los diferentes tipos de políticas curriculares. El trabajo propone de dos marcos análisis de políticas curriculares que están basados en el ciclo de políticas los cuales toman como principal unidad de análisis los actores involucrados. Estas propuestas pueden complementar otros enfoques que se emplean actualmente en el estudio de las políticas curriculares

**Palabras clave:** Educación. Políticas curriculares. Ciclo de política.

## 1 ESTUDO DAS POLÍTICAS CURRICULARES: ANTECEDENTES, DESENVOLVIMENTO, DEFINIÇÕES E ESTRUTURAS DE ANÁLISE

Nas últimas entrevistas que concedeu, Ralph Tyler disse que, “enquanto houver educação, haverá currículo” (CORDERO Y GARCÍA GARDUÑO, 2004). Esse pensamento não é exagerado, porque o currículo é o núcleo da educação; o que é mais valioso de ensinar, quem deve ensinar e como deve ser organizado. Os sistemas educacionais ao redor do mundo estão permanentemente preocupados em melhorar a educação por meio de reformas curriculares, as quais são constituídas de uma série de ações que visam melhorar ou solucionar um aspecto do currículo ou algo que possa afetá-lo de alguma maneira. Essas ações são as políticas curriculares, que não são neutras. O fato de definir “que conhecimento é valioso ensinar” e quais os que, apesar de importantes, devem ser excluídos ou diminuídos, pode provocar conflitos entre os diferentes grupos ou atores que promovem essas reformas curriculares, rejeitam-nas, exercem influência sobre elas ou podem ser afetados por elas.

Considerando que foi nos Estados Unidos que a expressão ‘políticas curriculares’ foi nomeada e criados seus primeiros conceitos, ainda é pouco fértil esse campo de pesquisa nesse país nos anglo-saxões. Com poucas exceções, os grupos de pesquisas dedicados a essa tarefa não são visíveis. Ao revisar os índices como Researchgate e Google Acadêmico, o leitor poderá se dar conta de que os estudos sobre as políticas curriculares são cada vez mais importantes.

Mesmo assim, uma parte substantiva das publicações do tipo conceituais nesse campo foi realizada em prestigiadas enciclopédias, mas seu impacto nos estudos das políticas curriculares foi muito escasso. Entre esses trabalhos, encontramos os de Elmore e Sykes (1992); Levin (2008) e Connelly e Connelly (2010). De acordo com Elmore e Sykes (1992), há mais de três décadas, a pesquisa sobre esse campo vem sendo marginalizada. No sul do Continente, esse panorama muda radicalmente. O estudo das políticas curriculares floresceu no Brasil e se estendeu até a Argentina (DUSSEL, 2004).

No Brasil, esse é um campo de estudo próspero, que tem vários grupos de pesquisa consolidados, e cuja produção é difundida através de artigos, livros e conferências nacionais. Não é exagero afirmar que os curricularistas brasileiros contribuíram para criar um campo de pesquisa que revolucionou as reformas curriculares. Se, antes, essas reformas eram estudadas em blocos e, usualmente, tinham como unidade de análise uma reforma educacional, seu conjunto ou algumas partes dela, os estudos das políticas curriculares vieram promover um método de estudo com mais detalhes e precisão dos componentes das reformas curriculares.

No Brasil e, em certa medida, na Argentina, o estudo sobre as políticas curriculares ainda está em

processo de consolidação. A meu juízo, há dois fatores que podem contribuir com o progresso dos estudos dessas políticas. Em uma análise exploratória das publicações realizadas por autores brasileiros e de outras latitudes, constatou-se que:

1. O campo de estudos é novo, e pouco se conhece sobre sua avaliação e seus antecedentes remotos e os mais recentes.

2. O que os autores anglo-saxões e os brasileiros entendem por políticas curriculares está implícito nos textos publicados. Não é frequente encontrar definições explícitas nas publicações, embora haja certo consenso acerca do que se entende sobre o tema. Convém enfatizar que todas as políticas curriculares são iguais e merecem ser diferenciadas. Uma política curricular sobre a organização do currículo por competências não é o mesmo que uma política curricular que discute sobre os aspectos da formação docente. Essas políticas afetam o currículo tanto de maneira direta quanto menos direta.

3. Suspeita-se de que o centro das pesquisas, no Brasil, floresceu em estruturas baseadas em referenciais de autores pós-modernos e pós-estruturais (Ball, Laclau, Bernstein, Foucault, García Canclini, entre outros). As políticas curriculares são estudadas partindo de diferentes discursos dos agentes inspirados em Stephen Ball. Lopes (2011) faz uma síntese dos pontos cardeais nesse enfoque:

Ball entende os textos como representações que são codificadas e decodificadas de formas complexas, sendo submetidas a múltiplas influências, mais ou menos legítimas. Entre as influências legitimadas, há disputas, compromissos, interpretações e reinterpretações na negociação para regular os sentidos e os significados nas leituras a serem realizadas. Os textos podem ser mais ou menos legíveis em função da história, dos compromissos, dos recursos e do contexto de leitura (LOPES, 2011 p. 34).

Esse enfoque pode ser enriquecido se utilizarmos as propostas de análise de políticas curriculares que foram criadas até agora. Geralmente elas estão no enfoque do ciclo de políticas. Alguns trabalhos mencionam a importância do ciclo de políticas na análise das políticas curriculares, como, por exemplo, os de Busnardo; Gomes de Abreu e Lopes (2011) e Dias e Lopes (2009).

Assim, considerando o exposto, o propósito deste trabalho foi de abordar os antecedentes e o desenvolvimento do campo de estudo das políticas curriculares, suas definições e delimitações e de examinar duas propostas de análise de políticas curriculares. No geral, consideramos que o estudo das políticas curriculares sob o enfoque do discurso se nutre amplamente dos avanços teóricos e metodológicos alcançados na análise de políticas públicas e que trabalhar definições explícitas dos diferentes tipos de políticas curriculares pode contribuir para os avanços da pesquisa sobre esse tema.

## 2. ESTUDOS SOBRE POLÍTICAS CURRICULARES: ANTECEDENTES E DESENVOLVIMENTO

A expressão 'curriculum policy' apareceu, pela primeira vez, em uma publicação de Kendall, em 1955, sobre as políticas curriculares no estágio de um Curso de Bacharelado de dois anos. O artigo abordou os aspectos que devem ser considerados no desenvolvimento curricular desse Bacharelado.

O conceito de políticas curriculares esteve, implícita ou explicitamente, nos Estados Unidos e existe em mais de 13.000 distritos escolares que oferecem a educação K-12 e têm o privilégio de ser descentralizados, ter autonomia para administrar os recursos econômicos e estabelecer seu próprio currículo. Como consequência, é normal que esses distritos formulem políticas escolares e que várias dessas políticas tenham a ver com o currículo, na medida em que os distritos escolares desenham seus próprios currículos. Nas décadas de 50 e 60, as políticas escolares dos distritos escolares foram um assunto associado ao desenvolvimento curricular, disciplina que era requisito de graduação e de responsabilidade desses distritos e dos Departamentos de Educação estaduais. Naturalmente a luta contra a segregação racial nas escolas e outras políticas educacionais tiveram e têm efeitos nas políticas escolares.

No que diz respeito à nossa pesquisa, o campo dos estudos sobre políticas curriculares apareceu, pela primeira vez, no início da década de 70. Kirst e Walker (1971) foram os primeiros a publicar um marco para analisar e formular políticas curriculares. Nessa década e na seguinte, não se encontraram

publicações sobre os avanços desse campo de estudo.

Foi na década de 90 que o campo reapareceu com mais força. Elmore e Sykes (1992) publicaram um artigo fundacional da disciplina em uma enciclopédia editada pelo célebre curricularista Philippe Jackson. Elmore, que faleceu recentemente, foi um acadêmico que se destacou por se dedicar ao estudo das políticas públicas. De acordo com Elmore e Sykes (1992), o campo das políticas curriculares era marginalizado e pouco organizado, e uma parte dos estudos relacionados ao currículo era feita fora do campo do currículo.

Já se passaram 30 anos, e esse fenômeno ainda continua ocorrendo. No México e em outros países, não é de se estranhar que os estudos denominados de “políticas educacionais”, realizados pela Sociologia, pelas Ciências Políticas e por estudiosos da educação sejam de políticas curriculares, como as TICs, educação intercultural, educação ambiental, entre outros, e que não façam parte do currículo de onde provêm e que sejam realizados como se fossem independentes do currículo. Isso quer dizer que as políticas curriculares são denominadas genericamente de “políticas educacionais”, geralmente estão fora do campo do currículo e não analisam o currículo, mas a própria política. Por exemplo, os vários estudos relacionados ao gênero, à interculturalidade e às Tics são denominados de políticas educacionais.

Elmore e Sykes (1992) identificaram dois grandes campos de estudo das políticas curriculares. O primeiro é relativo às perspectivas da política pública sobre o currículo e que abrange o estudo das políticas públicas e sua relação com o currículo; é a pesquisa que surge da política pública que dá forma às ações do governo que toma o currículo como meio para resolver problemas sociais. O segundo campo é o do estudo das perspectivas do currículo sobre os problemas políticos e sociais. Na prática, não é muito considerada a diferença entre essas duas áreas, mas o ciclo de análise de políticas poderia ajudar a distingui-las. As perspectivas do governo relativas aos problemas sociais e políticos e como eles podem ser atacados por meio do currículo podem ser encontradas na formulação e na promulgação das leis e dos regulamentos dos quais o currículo é derivado em certo caso.

### **3 A INCORPORAÇÃO DOS ESTUDOS DAS POLÍTICAS CURRICULARES NO CAMPO DO CURRÍCULO**

Lembremos que o campo do currículo nasceu em uma época de inovação e de mudanças que aconteceram nos Estados Unidos nos finais do século XIX. Seguel (1966) afirma que seu surgimento se deve à explosão dos conhecimentos que precisavam ser ordenados e sistematizados para serem ensinados nas escolas. Pinar (2014) refere que, talvez, por esse motivo, o campo tenha começado como uma designação administrativa cuja responsabilidade recaía nas autoridades escolares. Embora o campo do currículo tenha iniciado com o debate sobre o que “é mais valioso ensinar”, na prática, foi associado ao desenvolvimento curricular, ao seu enriquecimento e à sua melhoria. Como sabemos, os quatro aspectos associados à racionalidade tyleriana são: fim da escola, experiências de aprendizagens, organização das experiências e avaliação, que foram os cimentos do currículo a partir da pós-guerra até a década de 70. Pinar (2014) assevera que, com a primeira publicação dos ‘Princípios básicos do currículo’ em 1949, o “Tyler rationale” foi convertido em *bíblia do currículo*.

As críticas ao modelo de desenvolvimento curricular tyleriano começaram no início da década de 70. Kliebard (1970), depois de analisar os passos do desenvolvimento curricular de Tyler, concluiu que foi a pedra fundamental do currículo, mas sua validade havia terminado. Na obra que coordenou - *Curriculum theorizing: the reconceptualists* – Pinar (1975) convocou os críticos da racionalidade tyleriana, entre eles, a Michael Apple, para fazer uma análise do estado em que se encontrava o campo do currículo. Os autores que colaboraram com essa obra questionaram o caráter histórico e teórico do currículo. A obra de Pinar e colaboradores marcou o início da reconceptualização da teoria crítica do currículo. No entanto, vários curricularistas, entre eles, Pinar, não estavam convencidos de que o neomarxismo: a reprodução, a resistência, a hegemonia e outros determinantes sociais e econômicos que enaltecem alguns destacados curricularistas críticos, como, por exemplo, Apple, Giroux y McLaren, possibilitaram uma mudança no papel da escola e atribuíram ao docente um papel de protagonista, e não, somente, de reprodutor do sistema. Por isso, os professores podem ser proporcionadores de mudanças (PINAR et al 2008).

Como um anúncio tácito da corrente pós-moderna do currículo, Pinar (1988)<sup>1</sup> aventurou-se a estudar e a integrar os discursos curriculares, uma tarefa que culminou com sua obra-prima ‘Understanding curriculum’, originalmente publicada em 1995 e que integrou e resumiu uma dezena desses discursos (PINAR et al, 2008)<sup>i</sup>. Os autores apontaram que a identificação dos 12 discursos ou textos curriculares não era definitiva, pois o “campo se movimenta rapidamente” (PINAR, 2008, p. 23). Além dos discursos que integraram esses autores, atualmente podemos agregar outros mais, como: o currículo como texto ou discurso inclusivo, o currículo como texto ou discurso de vida saudável, o currículo como texto de convivência e formação cidadã, o currículo cidadão, o currículo como texto ou discurso de formação socioemocional, entre outros.

Embora o termo já existisse e tivesse sido conceituado por Elmore e Sykes, Pinar e colaboradores o introduziram, pela primeira vez, na análise do currículo, como discurso ou texto. Um dos doze discursos que esses autores identificaram e integraram foi o *currículo como texto institucionalizado* (PINAR et al, 2008). Esse texto visava compreender o funcionamento burocrático do currículo centrado, principalmente, no desenvolvimento curricular, nas reformas educacionais e nas políticas curriculares. Para incluir as políticas curriculares nesse discurso, os autores referidos buscaram os fundamentos teóricos nas escassas literaturas que existiam sobre o tema na época, dos quais destacamos os estudos de Elmore e Sykes (1992).

#### 4 ESTUDOS SOBRE POLÍTICAS CURRICULARES NO BRASIL<sup>ii</sup>

No Brasil, o estudo sobre políticas curriculares começou em 1995, com a proposta de Pinar e colaboradores o qual incorporou ao discurso do currículo institucionalizado o estudo das políticas curriculares. No entanto, o campo de estudos das políticas curriculares parece que foi um fenômeno local inspirado, inicialmente, na teoria crítica, nas primeiras análises de Moreira (1995a), que desenvolveu duas etapas diferentes e que, grosso modo, podemos observar: a primeira, no início da década dos anos 90, com a análise dos parâmetros curriculares e do multiculturalismo, uma análise de fato das políticas curriculares, embora ainda fosse denominada como tal; e a segunda, na primeira década deste século, que recebeu o nome de ‘políticas curriculares’ e cujas pesquisas começaram a se expandir no país. O marco dominante de análise é associado a autores pós-estruturalistas.

Até onde nossa pesquisa alcança, observamos que Moreira (1995a) foi o primeiro a publicar uma análise relacionada aos parâmetros curriculares, denominada, no início, de *política cultural* (MOREIRA, 1995b), um nome associado a certa influência da escola do currículo.<sup>iii</sup> (LAWTON, 1975). No ano seguinte, Moreira (1996) publicou outro artigo sobre os parâmetros curriculares e, quase no final dessa década (1999), incursionou na análise do multiculturalismo. Em 1999, Macedo (1999) publicou um trabalho sobre os parâmetros curriculares. O termo ‘políticas curriculares’ apareceu, pela primeira vez, em um trabalho publicado em Portugal por Pacheco (1999), em um evento, em que discutiu a respeito da descentralização como política curricular.

Na primeira década desse século, foram consolidados os estudos sobre as políticas curriculares no Brasil. Um dos pioneiros foi Antônio Flávio Moreira, que coordenou um número temático sobre políticas curriculares na Revista Educação e Sociedade (2000). Participaram importantes estudiosos do currículo também chamados de curricularistas do Brasil. Pacheco (1999) publicou o texto **‘Políticas curriculares descentralizadas: autonomia ou recentralização?’**, cuja primeira versão foi apresentada em um evento acadêmico.

##### 4.1 O que são políticas curriculares?

Há um consenso na definição de políticas curriculares. Os primeiros estudos encontrados na literatura foram escritos por Kirst e Walker (1971) e coincidem com os conceitos atualmente utilizados, ou seja, continuam vigentes. Para Elmore e Sykes (1992, p.186), políticas curriculares são “o corpo formal de leis e de regulamentos relativos ao que deve ser ensinado nas escolas”. Já a UNESCO (2023, p. 31) as

<sup>1</sup> Os discursos curriculares integrados nessa obra são: histórico, político, estético, fenomenológico e feminista (depois se tornariam discursos de gênero). Nessa obra, Henri Giorux escreveu um capítulo.

conceitua como

decisões formais tomadas pelo governo ou autoridades educacionais que produzem um efeito significativo ou direto no currículo, no seu desenvolvimento e implantação. Essas decisões são registradas normalmente em uma série de documentos oficiais.

Essa definição da UNESCO aponta duas vertentes de análise das políticas curriculares: as que exercem um efeito direto e outras cujo efeito não é tão direto, mas são significativas na medida em que afetam o currículo.

#### 4.2 Nem todas as políticas curriculares são iguais

A partir das definições da UNESCO, podemos inferir que nem todas as políticas curriculares são iguais, porquanto há uma distinção entre as que interferem diretamente nos processos educacionais e as que o fazem de maneira indireta. Como por exemplo, as políticas de formação e de avaliação docente podem afetar o currículo de maneira indireta assim como podem interferir nos métodos de ensino, ensino por áreas ou outras matérias ou disciplinas.

Os canadenses Connelly e Connelly (2010) publicaram um capítulo sobre o currículo sob a coordenação de Kridel e deram uma importante contribuição, em que distinguem, com clareza, os tipos de políticas curriculares. O principal critério de classificação foi o grau de influência direta ou indireta.

Segundo esses autores, existem três tipos de políticas curriculares: as formais, as implícitas e as discretas ou prudenciais. As formais são as que envolvem todas as ações que estão incorporadas nos documentos oficiais do currículo, como os métodos de ensino, os conteúdos, a dosagem, a organização, a avaliação da aprendizagem etc.; as implícitas são as que não estão escritas ou formalizadas em documentos oficiais do currículo, porém funcionam paralela ou simultaneamente. São diferentes das políticas formais e dispõem de programas de leitura, transporte escolar, avaliações nacionais ou internacionais do desempenho escolar etc.; as discretas ou prudenciais são as que os docentes realizam e aplicam na sala de aula. Elas são difíceis de estudar, já que os docentes não têm interpretações, adições ou exclusões generalizadas a respeito delas. As políticas que podem ser pesquisadas com menos dificuldades metodológicas são as formais e as implícitas. Diferenciar esse tipo de política contribui para que se faça um estudo mais específico e equilibrado. Nem todas as políticas curriculares afetam o currículo da mesma maneira, como já referimos. A distinção feita por Connelly e Connelly (2010) é esclarecedora e deve ser levada em consideração quando se faz um estudo dessa natureza. Essa classificação aparentemente simples pode ajudar a diferenciar as políticas curriculares analisadas e medir seu grau de influência no currículo.

#### 4.3 Marcos de referência para o estudo das políticas curriculares

Analisaremos aqui dois marcos referentes à análise de políticas curriculares publicados: o primeiro foi nos Estados Unidos, no início da década de 70, de Kirst e Walker (1971); e o segundo, meio século depois, de Levin (2008), acadêmico e funcionário canadense, que propôs outro marco de análise de políticas curriculares. Até onde sabemos, esses são os dois únicos marcos criados especificamente para a análise de políticas curriculares. Ambos os enfoques foram inspirados no ciclo de políticas. Uma ferramenta básica desses marcos é o de análise dos atores, que intervém na formulação e na implementação.

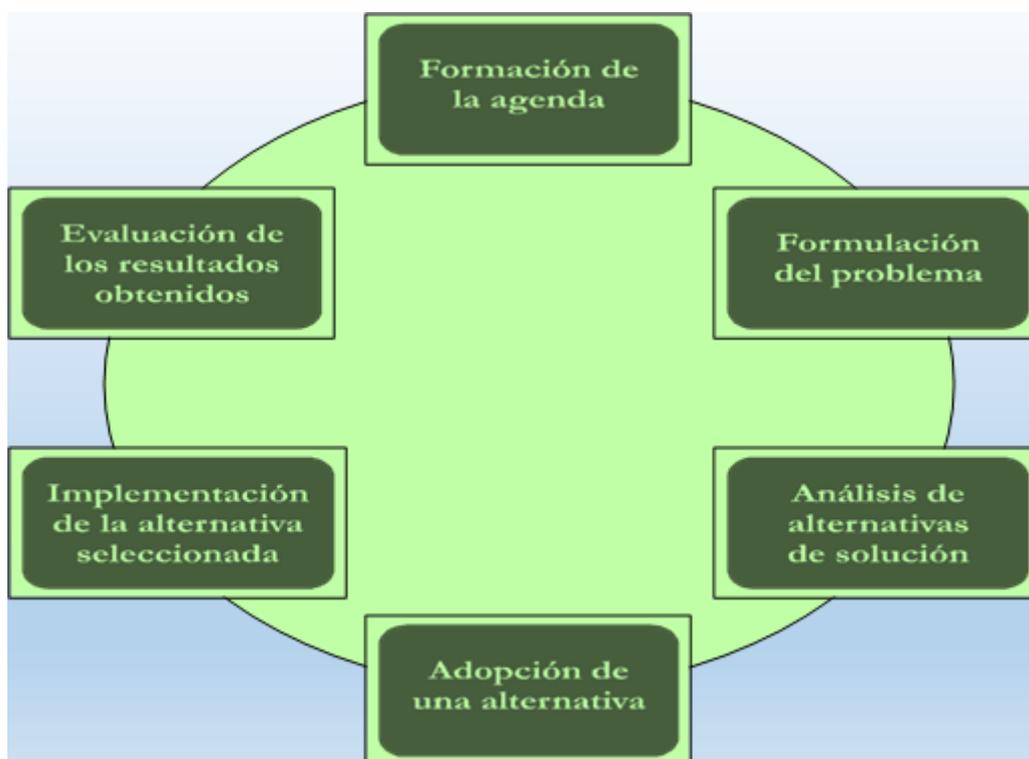
Convém lembrar que a Análise de Políticas Públicas foi criada por Harold Laswell (1951) apud Lasswell (1992) e enriquecida em trabalhos posteriores por Lasswell (1970). Esse autor concebia a Análise de Políticas como uma disciplina interdisciplinar, que trata do conhecimento e dos processos de decisão das políticas e é estudada no processo de decisão. Lasswell (1992), cientista que estuda esse assunto, busca desenvolver e dominar habilidades que possibilitem uma intervenção e uma criação fundamentadas das políticas públicas e, como profissional, contribuir com a elaboração de uma teoria que solucione os problemas nesse campo. A figura 1 ilustra como o ciclo de políticas é concebido atualmente. Podemos observar que o ciclo inicia com a formação da agenda. Em seus estudos sobre o tema, Aguilar (2000) e Tamayo (1997) afirmam que existem dois tipos de agenda: a sistêmica, em que um problema específico é percebido pela sociedade, e a institucional ou pública, em que esse problema tem

uma atenção oficial de alguma agência ou nível de governo, com a finalidade de atacar ou de apresentar uma solução.

Como se sabe, a maneira como a sociedade percebe o problema não entra em pauta da mesma forma, porque a agenda pública se modifica para elaborá-la como política pública (AGUILAR, 2000). A agenda pública está cheia de problemas para se resolver ou atacar, os quais são percebidos pela sociedade e demoram décadas para entrar na pauta da agenda institucional e serem formulados como política pública, como foi o caso do aborto, da legalização da maconha e outros. Os problemas são vistos sob pontos de vista diferentes (policy making) a depender do tamanho e do interesse de alguns grupos, coligações, partidos, especialistas e partidos políticos que possam gerar um debate.

A implementação é uma das etapas que merece mais atenção dos estudiosos das políticas públicas porquanto requer um maior desafio. Algumas políticas não têm o sucesso esperado porque existe uma distância entre o que é planejado, o que é executado e os resultados obtidos. Pressman e Wildasky (1998) fizeram um estudo sobre a dificuldade de implementar essas políticas e concluíram que, quanto mais instâncias e agentes participam, mais o sucesso desse projeto diminui. A fase de avaliação não recebeu tanta atenção como as anteriores do ciclo. A avaliação das políticas públicas não se baseia em orçamentos e ferramentas teórico-metodológicas que advêm de programas de avaliação de projetos.

Figura 1. Ciclo de análise das políticas públicas



Fontes: Elaborada com base em Tamayo (1997) e Aguilar (2000)

#### 4.4 O marco de análise de Kirst e Walker

**Michael Kirst e Decker Walker (1971)**, ambos professores da Universidade de Stanford, idealizaram um modelo baseado na literatura da época, procedente de trabalhos sobre currículo, políticas educacionais e análise das políticas. A proposta desses estudiosos, ilustrada na Tabela 1, estava à frente do seu tempo. Eles constataram as influências que diversos atores exercem na formulação das políticas curriculares (curriculum policy making) e que essas políticas são um tema local e estadual com pouca influência do Governo Federal. Nos Estados Unidos, a influência local na formulação das políticas curriculares foi notável na década de 60. É possível que hoje seja menor. Os autores referiram que o processo de formulação das políticas está imerso em conflitos entre atores nacionais, estaduais e locais, porque o poder e os valores desses grupos de atores intervêm.

Tabela 1. Atores que influenciam a formulação das políticas curriculares

Ator	Nacional	Estadual	Local
Legislativo geral	Congresso Federal	Legislatura Estadual	Conselhos Municipais (não exercem influência)
Legislativo educacional	Comissões de educação e trabalho	Conselho Escolar Estadual	Conselho Escolar Local
Administrativo	Departamento de Saúde, Educação e Bem-estar *	Departamento Estadual de Educação	Superintendente Escolar
Executivo	Presidente	Governador	Prefeito (não exercem influência)
Burocrático	National Science Foundation Divisão de Melhoria Curricular	Departamento de Educação Secretaria de Educação Profissional	Diretor de Departamento Professores
Associações profissionais	National Educational Association (NEA)	Associações de Acreditação	Associação de Superintendentes do Condado
Outros interesses particulares	Fundações e empresas corporativas	Conselho de Educação Básica	Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor (NAACP) John Birtch Society (sociedade conservadora)

\*Atualmente esse nome não existe.

Fonte: Kirst e Walker (1971)

Se fôssemos adaptar esse tipo de análise aos nossos contextos, o primeiro passo seria o de identificar os atores federais, estaduais e nacionais que exercem influência em determinada política curricular, considerando o grau de influência ou poder na elaboração e na implementação da política em questão, e analisar os conflitos. Essa estratégia pode ser um complemento da análise do discurso das políticas. Os fatores de estratégia e os resultados que Oliveira e Lopes (2011) retomam da teoria de Stephen Ball podem ser complementados com o enfoque de Kirst e Walker sobre a implementação da política. Os resultados também são considerados no ciclo das políticas.

#### 4.5 O marco de análise das políticas curriculares de Levin

O marco de análise das políticas curriculares de Ben Levin (2008)<sup>iv</sup> baseia-se tanto na literatura sobre o tema quanto em sua experiência de duas décadas como alto funcionário no Departamento de Educação da Província de Ontario. O propósito desse autor é de analisar a dinâmica política que gira ao redor do desenho ou da construção do currículo e os fatores que podem afetá-la. Sua proposta, como ele mesmo afirma, baseia-se em um capítulo de um livro sobre administração educacional que foi publicado antecipadamente com Young e Wallin, Young, Levin e Wallin (2007)<sup>v</sup>. O marco de Levin considera o ciclo das políticas, mas também adiciona aspectos de sua experiência profissional que, nem sempre, são considerados nesse tipo de análise. Consideramos que vale a pena analisar esse marco porque o único marco teórico-metodológico contemporâneo que foi publicado sobre a análise das políticas curriculares foi muito pouco citado considerando sua importância.

Levin (2008, p. 9) define o currículo como “as declarações oficiais sobre o que se espera que os alunos devem saber e fazer”. Ele entende que o conteúdo do currículo escolar sempre foi tema controverso e de considerável atenção da sociedade e que os questionamentos sobre o currículo não são

somente sobre os conteúdos mas também sobre as práticas dos professores. O autor limita sua análise ao currículo oficial e descarta o currículo informal.

Aponta esse autor (2008) que as políticas públicas tratam das regras e dos procedimentos que regem as atividades do setor público e de quase todos os aspectos da educação. Mas, o que a escola deve oferecer, para quem e de que maneira se, na verdade, o currículo se refere a que ensinar sobre aspectos fundamentais da escola? Os estudos sobre as políticas públicas enfocam os processos por meio dos quais são criadas essas políticas. Às vezes, menciona Levin (2008), acredita-se, sem fundamento, que a análise das políticas é só um tema acadêmico, e não, uma questão que é indissociável da política. Cada decisão sobre políticas públicas também pode ser vista também como uma decisão política, e cada política educacional é uma decisão política indissociável, segundo o autor. As pesquisas realizadas sobre esses aspectos abordam os processos de elaboração de políticas e sua implementação, a maioria dos marcos de análise. O papel da política na elaboração das políticas públicas é problemático e pouco entendido.

## 5 A DINÂMICA DO GOVERNO, SUAS LIMITAÇÕES E AS POLÍTICAS CURRICULARES

Levin (2008) assevera que as políticas curriculares devem ser compreendidas como parte de um processo global do governo e da influência que exerce a política nesse processo. A dinâmica de elaboração e de implementação das políticas que surgem no âmbito do governo não é bem entendida, inclusive, por pessoas do governo. Muitas discussões acadêmicas sobre esses processos refletem a realidade do governo. Baseado em sua extensa experiência sobre o tema, o autor afirma que, ao contrário da sabedoria convencional, elaborar e implementar essas políticas é um ato muito racional, e os que a elaboraram não estão indiferentes ou demonstram desinteresse em comparação com os professores ou outros burocratas.

Expressa Levin (2008) que, conforme suas experiências, os governos têm grandes limitações ao conduzir as próprias políticas. Cada ação é pensada em função dos votos, uma visão eleitoreira, ou seja, a opinião dos votantes é muito importante. E embora cada governo chegue ao cargo com uma série de ideias políticas para realizar, acabam fazendo o que as pessoas consideram importante. A agenda do governo é influenciada pelos compromissos políticos assumidos, pelas plataformas dos partidos por meio dos quais foi eleito e pelo ponto de vista dos líderes políticos. Portanto, o governo é eleito, mas vários grupos tentam influenciar sua agenda. Mesmo assim, o governo é suscetível de ser influenciado em suas decisões políticas pelos meios de comunicação e pela mídia, afinal, ele também deve responder algumas questões relativas ao assunto.

Por outro lado, o tempo para elaborar e implementar as políticas nunca é suficiente. O governo caminha contra o relógio, porquanto tem que fazer muitas coisas em pouco tempo. Parafraseando Simon (1989), o governo tem uma sobrecarga de informações e limites de atenção para enfrentar uma grande quantidade de problemas sobre os quais deve tomar decisões sob a pressão do congresso, dos sindicatos, dos grupos, dos partidos políticos e dos partidos de oposição o tempo todo. Além do mais, tem que se limitar ao tempo que dura sua gestão e que nunca é suficiente para realizar o que foi planejado e esperado.

Levin (2008) enuncia que isso tudo contribui para que o governo não dedique tempo suficiente para analisar a profundidade dos problemas, o que resulta em decisões tomadas rapidamente, com pouca discussão e informação. Mesmo assim, quando consegue resolver um problema, sofre muita pressão para logo resolver outro. Esse contexto é permeado do sistema político<sup>vi</sup> de cada país e integrado pelos seguintes aspectos: *problemas, atores, processos, influências e resultados*. A tabela 2 resume o modelo proposto por Levin (2008). Tomamos a liberdade de resumir, adaptar e propor perguntas sobre o marco proposto por esse autor, com a finalidade de facilitar seu uso na análise das políticas curriculares. Essa proposta pode ser usada para analisar uma unidade do currículo completo ou uma política curricular específica.

Baseados na proposta desse autor e em cada uma das dimensões de análise, sintetizamos os aspectos a serem considerados dos autores citados neste trabalho de que derivaram possíveis perguntas que podem surgir quando vamos analisar o currículo ou uma política curricular. Um aspecto importante nesta proposta é a identificação dos atores. Se transferíssemos para a análise do discurso, seria importante identificar os discursos dos atores ou grupos de atores. A vantagem dessa análise é que ela é

holística e visa analisar os discursos ou posturas dos atores que influenciam o desenho e a implementação do currículo.

Tabela 2. Marco para analisar políticas curriculares

Dimensões de análise	Aspectos a serem analisados	Perguntas para analisar o currículo/política curricular
Problemas Alcance das políticas do currículo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A relação entre política e política curricular;</li> <li>- O papel que joga o currículo nas mudanças educacionais do governo que inicia;</li> <li>- As discussões que intervêm no currículo com relação às matérias e aos conteúdos que devem ser incluídos e excluídos;</li> <li>- O tempo disponível para aplicar o currículo nunca é suficiente;</li> <li>- As divergências de ideias entre os agentes envolvidos;</li> <li>- Às vezes as divergências dos atores são mais sobre o método de ensino do que sobre o currículo;</li> <li>- As crenças - fundamentadas ou não fundamentadas - da sociedade e dos agentes, sobre o currículo ou política curricular;</li> <li>- A influência da mídia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qual é o papel da política no currículo ou política curricular?</li> <li>- Qual papel que o governo atribui ao currículo/política curricular nas mudanças educativas?</li> <li>- Que matérias e conteúdo do currículo devem ser excluídos ou incluídos? Qual a posição dos diferentes atores?</li> <li>- Quais grupos e atores favorecem as mudanças e quais os que as questionam? Quais os argumentos?</li> <li>- Em que aspectos do currículo giram as divergências e os questionamentos? Será sobre os métodos de ensino ou sobre o currículo?</li> <li>- Quais as crenças, os valores e as ideologias dos atores que apoiam ou questionam a reforma do currículo/política curricular?</li> <li>- Qual o papel dos meios de comunicação nas reformas do currículo/ política curricular?</li> </ul>
Atores Quem está envolvido?	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atores ou participantes envolvidos</li> <li>- Papel dos grupos de especialistas ou comunidades epistêmicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quem são os grupos de atores envolvidos na reforma do currículo?</li> <li>- Qual o papel das comunidades epistêmicas e dos especialistas nessas mudanças?</li> </ul>
Processos Como são tomadas as decisões sobre as políticas curriculares?	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grupos que participam do desenho do currículo –Avaliação do currículo vigente anteriormente;</li> <li>- Opinião dos professores e das comunidades epistêmicas sobre o currículo vigente;</li> <li>- Opinião dos professores e das comunidades epistêmicas sobre o novo currículo;</li> <li>- Opinião do público sobre o novo currículo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Que grupos/atores participam diretamente do desenho ou da reforma do currículo?</li> <li>- Qual a opinião dos professores sobre o currículo/ política curricular vigente?</li> <li>- Qual a opinião dos especialistas e das comunidades epistêmicas?</li> <li>- Qual a opinião dos pais dos alunos e da sociedade em geral?</li> </ul>
Influências Quem toma as decisões?	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Influência da ideologia</li> <li>- Influência do lobby (lobbying)</li> <li>- Influência de grupos políticos, sindicatos e professores.</li> <li>- Nível de convergências e divergências entre os especialistas ou das</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Que argumentos ou discursos estão a favor das mudanças ou as criticam?</li> <li>- Quais são ideológicas ou simbólicas?</li> <li>- Que atores promovem ou criticam o currículo/política curricular?</li> <li>- Qual a opinião das comunidades</li> </ul>

	<p>comunidades epistêmicas sobre as mudanças curriculares/políticas;</p> <p>- Papel ou importância dos resultados das pesquisas no desenho do currículo/política.</p>	<p>epistêmicas sobre o currículo ou a política curricular?</p> <p>- As mudanças no currículo estão ou foram baseadas em evidências fornecidas pelas pesquisas?</p>
Resultados	<p>- A diferença entre o que foi planejado e o que foi alcançado;</p> <p>- Os fatores que favoreceram e os que impediram a concretização do currículo/política curricular.</p>	<p>- Em que medida os objetivos do currículo/política curricular foram alcançados?</p> <p>- Que fatores favoreceram ou impedem a concretização dos objetivos?</p> <p>- Quais os efeitos inesperados da implantação do currículo/política curricular?</p>

Fonte: Elaboração própria baseada em Levin (2008)

## RESUMO E CONCLUSÕES

O objetivo deste trabalho foi de tecer algumas considerações sobre a evolução e o desenvolvimento dos estudos acerca das políticas curriculares, de propor que seja estudado partindo de definições mais específicas sobre o que são as políticas curriculares (CONNELLY e CONNELLY, 2008), sugerir o uso do ciclo das políticas clássicas criadas originalmente por Harold Laswell e revisar a utilidade dos marcos de análises das políticas curriculares criadas por Kirst e Walker (1971) e Levin (2008).

Embora o termo ‘política curricular’ tenha sido empregado, pela primeira vez, em uma publicação de meados da década de 1950 KENDALL (1955), é muito comum encontrá-lo nas políticas escolares dos distritos escolares dos Estados Unidos. Começou a aparecer na teoria e nas pesquisas no início dos anos 90 (ELMORFE e SYKES, 1992). A obra de Pinar et al (2008) foi incorporada, pela primeira vez, nos discursos e nos textos curriculares, em meados dessa década.

Os especialistas brasileiros realizaram e construíram o progresso desse campo de pesquisa, que, no Brasil, teve uma relevância que não existe em outros países. Os primeiros estudos brasileiros foram publicados em meados da década de 90 e estavam relacionados com os parâmetros curriculares e a interculturalidade. A expressão ‘política curricular’ foi usada, pela primeira vez, na América Latina, nos primeiros estudos publicados no Brasil e em Portugal no final dos anos 90 e início deste século. Nesses estudos, a política curricular estava implícita como um discurso institucionalizado proposto por Pinar et al em 1995.

O estudo postula que a classificação das políticas curriculares em formais implícitas e discretas possibilita distinguir os tipos de políticas e seu grau de influência no currículo, o qual favorece um estudo mais preciso dessas políticas. Da mesma forma, o ciclo de políticas clássicas e os marcos de análise das políticas curriculares que foram analisados neste trabalho não estão em desacordo com a abordagem predominante no Brasil, inspirada em Ball e em outros autores, e poderiam complementá-la. Portanto, é importante conhecer as bases e o desenvolvimento do campo de análise das políticas curriculares.

## REFERÊNCIAS

AGUILAR, Luís. **El estudio de las políticas públicas**. México: Miguel Ángel Porrúa, 2000.

CEDES – Unicamp. **Políticas curriculares e decisões epistemológicas**. *Educação & Sociedade*, v. 21, n. 73, 2000 (número completo).

BUSNARDO, Flávia de Matos Giovannini; GOMES de Abreu; LOPES, Alice Casimiro. Propostas curriculares para Biología no nível médio: dissenso e negociaciones. In: LOPES, Alice Casimiro; DÍAZ, Rossane Evangelista; GOMES de ABREU, Rozana (Coords). **Discursos nas políticas de currículo**. Rio de Janeiro: FARPERJ, Quartet, 2011, p. 93-118.

CONNELLY, F. Michael; CONNELLY, Gerry Connelly, F.M. & Connelly, G. (2010). Curriculum policy. In:

- KRIDEL, Craig (Ed.) **Encyclopedia of curriculum studies**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2010, p. 224-227.
- CORDERO, Graciela, GARCIA GARDUÑO, José María. The Tylerian curriculum model and the reconceptualists. Interview with Ralph W. Tyler (1902-1994). In: **Revista Electrónica de Investigación Educativa**, v. 6, n. 2, 2004. Disponível em: <http://redie.uabc.mx/vol6no2/contenido-cordero.html> . Acessado em: 10 fev. 2023.
- DÍAZ, Rosanne Evangelista; LOPES, Alice Casimiro (2009). Na política de currículo para a formação de professores. **Currículo sem fronteiras**, v. 9, n. 2, 2009, p. 79-99.
- DUSSEL, Inés. **Las políticas curriculares de la última década en América Latina: nuevos actores, nuevos problemas**. Madrid: Santillana, 2004.
- ELMORE, Richard; SYKES, Gary 1992. Curriculum policy. In: JACKSON, Philip (Ed.) **Handbook of research on curriculum**. Nova Yorke: Macmillan, 1992, p. 185-225.
- KENDALL, Catherine. Curriculum policy and practice. **Social Service Review**, v. 29, n. 2, 1955, p. 117-124.
- KIRST, Michael W; WALKER, Decker. An analysis of curriculum policy-making. **Review of Educational Research**, v. 41, n. 5, 1971, p. 479-509.
- KLIEBARD. The tyler rationale. **The School Review**, v. 78, n. 2, 1970, p. 259-272.
- LASSWELL, Harold, D. Lasswell. The emerging conception of the policy sciences. **Policy sciences**, v. 1, n. 1, 1970 p. 3-14.
- LASSWELL, HAROLD, D. La orientación hacia las políticas. In: AGUILAR, Luis L. F Aguilar. **El estudio de las políticas públicas**. México: Miguel Ángel Porrúa p. 79-117, 1992
- LAWTON, Denis. **Class, culture and the curriculum**. Boston: Routledge, 2011.
- LEVIN, Benjamin. Curriculum policy and the politics of what should be learned in schools. In: CONNELLY, Michael; HE, Ming Fang; PHILLION, JoAnn (Eds). **The SAGE handbook of curriculum and instruction**. Los Angeles: Sage Publications, 2008, pp. 7-24
- LOPES, Alice Casimiro. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino médio e a submissão ao mundo produtivo: o caso do conceito de contextualização. **Educação & Sociedade**, v. 23, no 80, 2002, p. 386-400.
- LOPES, ALICE. Políticas de currículo: mediação por grupos disciplinares de ensino de Ciências e Matemática. In: LOPES, Alice Casimiro, MACEDO, Elizabeth (Orgs.). **Currículo de Ciências em debate**. Campinas: Papirus, 2004, p. 45-75.
- LOPES, Alice Casimiro. Políticas de currículo: questões teórico-metodológicas. In: LOPES, Alice; DIAS, Rosanne; GOMES de ABREU, Rozana (Orgs.). **Discursos nas políticas de currículo**. Rio de Janeiro: FAPERJ, Quartet Editora, 2011, p. 19-45.
- MACEDO, Elizabeth. Parâmetros Curriculares Nacionais: a falácia de seus temas transversais. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (Org.). **Currículo: políticas e práticas**. Campinas: Papirus, 1999, p. 43-58.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Os Parâmetros Curriculares Nacionais em questão. **Educação & Amp; Realidade**, v. 21, n.1, p 9-22, 1995a. Disponível: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71637> . Acessado: 10 de dez. 2022.
- MOREIRA, Antônio Flávio. **O currículo como política cultural e a formação docente. Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Voces, 1995b, p. 7-20.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Parâmetros Curriculares Nacionais: críticas e alternativas. **Escola S/A: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996, p. 128-49.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (Org.). **Currículo: políticas e práticas**. Campinas: Papirus, 1999.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Propostas curriculares alternativas: limites e avanços. **Educação &**

*Sociedade*, v. 21, n. 73, 2000, p. 109-138.

OLIVEIRA, Ana de; LOPES, Alice Casimiro. A abordagem do ciclo de políticas: uma leitura pela teoria do discurso. **Cadernos de Educação**, n. 38, 2011, p. 19-41.

PACHECO, José Augusto. Políticas curriculares: a decisão (re) centralizada. Trabalho apresentado no seminário 'A Territorialização das Políticas Educativas. In: **Actas do Seminário A Territorialização das Políticas Educativas**, Guimarães, Portugal, 1999.

PINAR, William, F. (Ed.). **Curriculum theorizing: the reconceptualists**. Berkeley, CA: McCutchan, 1975.

PINAR, William, F. (Ed.) **Contemporary curriculum discourses**. Scottsdale, Arizona: Gorsuch Scarisbrick, Publishers, 1988.

PINAR, William F. **La teoría del curriculum**. Madrid: Narcea, 2014.

PINAR, William; REYNOLD, William; SLATTERY, Patrick; TAUBMAN, PETER. M. (2008). **Understanding curriculum: an introduction to the study of historical and contemporary curriculum discourses**. Nueva York: Peter Lang, 2008.

PRESSMAN, Jeffrey; WILDAVSKY, Aaron. **Implementación. Cómo grandes expectativas concebidas en Washington se frustran en Oakland**. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

SEGUEL, Mary Louise. **The curriculum field: Its formative years**. Nueva Yorke: Teachers College Press, 1966.

SIMON, Hebert (1989). **Naturaleza y límites de la razón humana**. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

TAMAYO, Manuel. El análisis de las políticas públicas. In: BAÑÓN, Rafael; CARRILLO, Ernesto (Orgs.). **La nueva administración pública**. Madrid: Alianza Editorial, p. 281-312, 1997.

UNESCO, International Bureau of Education. **Curriculum policy**. Disponível: <http://www.ibe.unesco.org/en/glossary-curriculum-terminology/c/curriculum-policy#:~:text=Formal%20decisions%20made%20by%20government,a%20orange%20of%20official%20documents>. Acessado: fev. 5, 2023

YOUNG, Jon; LEVIN, Ben; WALLIN, Dawn. **Understanding canadian schools**. Toronto: Nelson Thomson, 2007.



Este obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

## Notas

<sup>i</sup> A obra foi publicada originalmente em 1995. Os doze discursos dos textos que Pinar integrou junto com seus discípulos foram: histórico, político, racial, de gênero, fenomenológico, pós-estruturalista, construtivo, pós-moderno, autobiográfico, estético, teológico e institucional.

<sup>ii</sup> A análise é tentativa. Uma das limitações foi que o autor só teve acesso a fontes da Internet oferecidas pelo Google Scholar.

<sup>iii</sup> Moreira realizou seus estudos de doutorado na Inglaterra.

<sup>iv</sup> A menos que seja indicada outra coisa, esta seção do trabalho está exclusivamente baseada na obra citada desse autor.

<sup>v</sup> Young, J., Levin, B., & Wallin, D. (2007). *Understanding Canadian schools*. Toronto, Ontario, Canada: Nelson Thomson, 2007.

<sup>vi</sup> É importante distinguir regime político de sistema político. O primeiro é a estrutura formal do governo, e o segundo, "as regras do jogo não escritas sob a qual funciona. Véase Medina Peña, L. (2004). *La invención del sistema político mexicano*. México. Fondo de Cultura Económica.